



Jardim de Infância do Cartaxo

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública Administrativa

Diário do Governo n.º 144 – 3ª Série, de 22 de junho de 1967

INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Registo definitivo n.º 32/88, de 29 de março no CDSSS

NIF 500 876 797

COMUNICADO AOS ENCARGADOS DE EDUCAÇÃO

Na sequência do nosso comunicado de 13/3/2020, em que comunicámos o encerramento do Jardim de Infância do Cartaxo em consequência do determinado no Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, que suspendeu as actividades lectivas e não lectivas presenciais de todos os graus de ensino, entre 16/3/2020 e 12/04/2020, no âmbito das medidas adoptadas para combate à pandemia de Coronavírus SARS-COV-2 (COVID-19), e que, ao mesmo tempo, estabeleceu o dia 9 de abril para a reavaliação da medida.

Que, a 9/4/2020, após a reavaliação da suspensão das actividades lectivas em Conselho de Ministros, o Sr. Primeiro-Ministro declarou publicamente “que só poderemos retomar as actividades nos jardins de infância quando forem revistas as atuais regras de distanciamento - que são impossíveis de cumprir em sala por crianças desta faixa etária - sendo ainda prematuro definir um prazo seguro ainda que indicativo».

Assim, comunicamos que o Jardim de infância do Cartaxo permanecerá encerrado até que seja possível e legal retomar, parcial ou totalmente, as actividades lectivas.

Cartaxo, 13 de abril de 2020

A Direcção



Jardim de Infância do Cartaxo

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública Administrativa

Diário do Governo n.º 144 – 3ª Série, de 22 de junho de 1967

INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Registo definitivo n.º 32/88, de 29 de março no CDSSS

NIF 500 876 797

COMUNICADO

Em 7 de Abril de 2020, a Direcção do Jardim de Infância do Cartaxo, além do mais, deliberou o seguinte:

1. Tendo em atenção a publicação da Portaria n.º 85-A/2020, de 3 de Abril, que, finalmente, definiu e regulamentou algumas situações determinantes para as IPSS, designadamente quanto à manutenção dos Acordos de Cooperação com a Segurança Social e à efectiva possibilidade de recurso às medidas extraordinárias e temporárias previstas de apoio aos trabalhadores e as empresas afectados pela pandemia da COVID-19, vulgo o lay-off simplificado, a Direcção decidiu, por entender justificado e avisado, recorrer à medida prevista no Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26/3, tendo iniciado as diligências formais necessárias;
2. Solicitar à Segurança Social informação escrita sobre a possibilidade de se ultrapassar o montante mínimo igual a dois terços da retribuição normal ilíquida devida aos trabalhadores que forem abrangidos pelo lay-off – o que já foi feito na manhã do dia de hoje –, de forma a tentar assegurar a todas as trabalhadoras e trabalhadores da Instituição as normais condições remuneratórias;
3. Considerando o estabelecido na Portaria n.º 85-A/2020, de 3/4, que permite decisões extraordinárias para o período extraordinário que vivemos de forma a mitigar, para além das de saúde pública, os efeitos económicos e sociais que a pandemia do COVID-19 tem vindo a causar na vida das pessoas e das famílias, nomeadamente no que diz respeito ao cálculo do valor da compensação familiar e à possibilidade de serem aplicadas percentagens de redução superiores às constantes da Portaria n.º 196-A/2015, de 1/7 – que estabelece limites de 10% e 20% de redução –, a Direcção decidiu que os valores de redução das “mensalidades” será de 25% no mês de Março e de 50% no mês de Abril de 2020 – valores que podem ser sujeitos a correcção, caso representem efectiva redução do valor das compensações familiares, por alteração de circunstâncias gerais ou casuisticamente sempre que se justifique revisão extraordinária a solicitação documentada do agregado familiar.

Cartaxo, 8 de Abril de 2020,

A Direcção,